

(*) *Rochele Fellini Fachinetto* é Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Professora Adjunta do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (GPVC). @ - rocheleff@gmail.com *Vítor Eduardo Alessandri Ribeiro* é Mestrando em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS-UFRGS). Membro do Grupo de Pesquisa em Violência e Cidadania (GPVC). Graduado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). @ - vealessandri@gmail.com

Juventudes, manifestações sociais e representações sobre a violência

Youth, social protests and representations on violence

Rochele Fellini Fachinetto*
Vítor Eduardo Alessandri Ribeiro*

RESUMO: A proposta deste artigo é analisar as representações sociais em torno da noção de violência para diferentes atores que estiveram envolvidos nas manifestações de junho de 2013 no Brasil. Partimos da perspectiva de uma sociologia da conflitualidades que busca reconstruir a complexidade dos conflitos sociais contemporâneos, explorando algumas de suas dinâmicas e especificidades. Para tal, buscamos analisar as representações da noção de violência para os jovens, tendo como base de análise as redes sociais; a forma como a mídia elaborou discursos sobre o tema da violência, a partir da análise de dois jornais de circulação nacional e, por fim, as representações sobre violência presentes nos discursos de algumas autoridades políticas que se manifestavam sobre tais fatos. A análise evidenciou dois momentos distintos com relação às representações sobre a violência: o primeiro do dia 11 a 17 de junho e o segundo entre os dias 18 e 20 de junho. Neste período foi possível observar um processo de deslocamento de sentido em relação à noção de violência que aparecia, no primeiro período, como elemento central nas representações, sobretudo da mídia e das autoridades policiais e perde centralidade no segundo momento, quando passam a enfatizar a legitimidade democrática das manifestações.

Palavras-chave:
manifestações
sociais junho 2013
– representações
sobre a violência –
mídia

I ntrodução

As manifestações que tomaram as ruas do País em junho de 2013 representam um marco no histórico das mobilizações sociais nacionais. Um sentimento geral de perplexidade se disseminava diante de protestos que, sob uma multiplicidade de pautas e uma diversidade de grupos, levaram cerca de um milhão de pessoas às ruas no período.

Os protagonistas desse fenômeno, em sua maioria, jovens que se articulavam através de redes sociais.

As tentativas de compreensão e de interpretação das manifestações a partir de categorias ou conceitos que se mostravam potencialmente úteis para análise das mobilizações sociais pareciam não dar respostas à complexidade e ao ineditismo do que ocorria nas ruas.

A reflexão que propomos neste artigo parte do entendimento da complexidade que envolve este fenômeno e, para tanto, direcionamos nosso olhar para um aspecto das manifestações: as representações sociais em torno da noção de violência para diferentes atores que estiveram envolvidos no processo.

Através de uma reconstrução cronológica dos principais atos das manifestações em junho, analisamos as representações sobre a violência para a mídia, a partir da análise de dois dos jornais de maior circulação nacional (O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo) e as representações nos discursos de algumas autoridades políticas que se manifestaram sobre os protestos. Também utilizamos como ferramenta de análise as plataformas de monitoramento de redes sociais (Cartografias de Espaços Híbridos e Causa Brasil) articulando as temáticas veiculadas nas redes sociais às representações trazidas pela mídia e pelas autoridades políticas.

A análise acerca das representações da violência lança mão da noção de ‘deslocamento de sentido’, conforme Porto (2010), de modo a explorar as mudanças da forma como a violência é explorada nestes discursos, contribuindo para evidenciar o que é silenciado nas manifestações e o que é tido como digno de visibilidade.

A juventude na mundialização das conflitualidades

Os acontecimentos do mês de junho no Brasil, embora possuam dinâmicas próprias relativas ao cenário nacional, podem ser pensados numa perspectiva mais ampla, inserindo-se num processo denominado de mundialização das conflitualidades sociais (TAVARES DOS SANTOS, 2009), que evidencia a emergência de novas reivindicações e demandas de novos atores, os quais lutam por reconhecimento enquanto sujeitos de direito. Tais demandas trazem à tona conflitos sociais complexos, que refletem lutas por melhores condições de vida não apenas de grupos considerados excluídos social, cultural e economicamente, mas também de grupos sociais normalmente considerados como incluídos (PORTO, 2010, p. 40). As lutas não raro imiscuem fenômenos de violência e reivindicações da ordem dos direitos civis, evidenciando o longo caminho que ainda resta para a consolidação dos direitos.

A pertinência da análise que contempla relações entre o geral e o particular na análise sociológica justifica-se a partir da perspectiva da mundialização das conflitualidades. Tal perspectiva possibilita aproximar as experiências e práticas sociais em diferentes sociedades ou mesmo buscar explorar as especificidades que marcam tais dinâmicas conflitivas em cada contexto local¹. O processo de mundialização ora em curso está marcado pela globalização de processos econômicos, pela mundialização de novas questões sociais (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 15).

A globalização pode ser entendida, nos termos de Giddens (1991, p. 69), como um processo de distanciamento tempo-espaço, onde o local e o distante se tornaram alongados. A globalização seria este processo de alongamento entre tempo e espaço, marcado pelo incremento das identidades locais e profusão das relações que se estabelecem em escala mundial, pela intensificação das modalidades de conexão nas relações sociais em escala mundial. Para Ianni (1993, p. 25) o processo de formação da sociedade global ocorre de modo contraditório, heterogêneo e desigual.

No limiar do século XXI, o panorama mundial é marcado por questões sociais mundiais que se manifestam, de forma articulada, e com distintas especificidades, nas diferentes sociedades: o internacionalismo está fundado em problemas sociais globais, tais como a violência, a exclusão, as discriminações por gênero, os vários racismos, a pobreza, os problemas do meio ambiente e a questão da fome. (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 143).

Há, portanto, dinâmicas que expressam um encadeamento global, mas que também evidenciam especificidades locais.

A temática das juventudes também se insere neste contexto de mundialização das conflitualidades e precisa ser entendida a partir das diversas faces que a compõem. Em primeiro lugar, ao falar em *juventude* corremos o risco de remeter à ideia de uma condição única, como se todos os jovens partilhassem de um mesmo *status*. Deste modo, mais pertinente é considerar que estamos diante de múltiplas juventudes, que expressam realidades e dinâmicas múltiplas e diferenciadas. Para Tavares dos Santos (2009, p. 62), no processo de mundialização das conflitualidades, muitas são as faces da juventude na sociedade brasileira, sendo desiguais e diversas as situações de risco – naturais, tradicionais ou fabricadas – que vivencia cotidianamente.

O autor apresenta tipos ideais de juventude no Brasil atual, a partir das noções de classe e etnia, explicitando a multiplicidade que compõe as juventudes brasileiras: a *juventude dourada*, pertencente às classes altas e médias altas,

1 Não será possível, no escopo do presente artigo, elaborar análises mais detidas acerca dos conflitos deflagrados na chamada Primavera Árabe (série de protestos no Norte da África e no Oriente Médio, iniciados em 18 de dezembro de 2010, com revoluções na Tunísia e no Egito, guerra-civil na Líbia, e na Síria, protestos no Bahrein, na Argélia, na Jordânia, em Djibuti, em Omã e no Iêmen e outros protestos menores no Kuwait, no Líbano, na Mauritânia, no Marrocos, na Arábia Saudita, no Sudão e no Saara Ocidental), o *Occupy*, nos Estados Unidos, os Indignados, na Espanha e os movimetnos da Praça Taksim, na Turquia, onde formas de violência do Estado e contra o Estado são visíveis. Cabe apenas, para os fins da presente análise, pontuar que todos esses movimentos, assim como os surgidos em junho de 2013 no Brasil, foram manifestações surgidas de forma espontânea, sem clara liderança política, associadas à crise de legitimidade das instituições convencionais de representação política e à capacidade de comunicação instantânea em rede através da rede mundial de computadores. A violência, pensada de modo geral, manifesta-se nos contextos particulares a cada um destes conflitos, assim como também ocorre no contexto brasileiro.

e às etnias de cor branca e amarela; a *juventude em instabilidade*, jovens que se situam entre as classes média e média baixa, na maioria brancos e amarelos e com uma pequena parcela de negros e pardos; a *juventude trabalhadora*, metade dos jovens entre 15 a 24 anos, que correspondem a cerca de 17.285.196 jovens, de acordo com dados oficiais colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, dos quais 37% recebiam até um salário mínimo, com diversidade de composição étnica (2004, p. 223); a *juventude dos carentes*, pertencentes às classes populares e que residem em áreas de periferias, com diversidade de composição étnica; a *juventude em vulnerabilidade*, constituídos por meninos de rua, que vivenciam processos de exclusão social e também constituídos por uma diversidade étnica e, por fim, a *juventude dos infratores*, jovens que cometem atos infracionais, pertencentes a etnias e camadas sociais diversas (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 62/63).

Em segundo lugar, a partir das contribuições de uma sociologia da juventude, é importante compreender a juventude como uma categoria sociológica que precisa ser situada no contexto histórico e social. Para Weisheimer (2009, p. 51), “a juventude é uma categoria social que passa a se constituir e adquire o sentido atual a partir do advento da modernidade”. De acordo com o autor, mesmo que já existissem jovens em períodos anteriores, seus sentidos, significados e papéis eram distintos daqueles que entendemos hoje. É nesse sentido que é importante compreendermos que se trata de uma categoria sociológica, ou seja, os significados que lhe são atribuídos se transformam no tempo e no espaço. Para o autor, juventude é uma categoria relacional fundada em representações sociais, tais como as que conferem sentidos ao pertencimento a uma faixa etária, que posiciona os sujeitos na hierarquia social a fim de promover a incorporação de papéis sociais através da socialização até a vida adulta (WEISHEIMER, 2009, p. 86).

Consideradas estas contribuições, entendemos que não há uma juventude, mas várias, em situações que expressam dinâmicas muito diversas: “a juventude” jamais expressará um conceito fechado, unívoco e precisa ser entendida como uma categoria ampla, que envolve tanto o pertencimento a diferentes faixas etárias, quanto aspectos ligados às representações sociais. Tais considerações contribuem para situar este debate sobre as juventudes nas manifestações não a partir de um olhar homogeneizador sobre elas, mas a partir de uma mirada que busque recuperar e evocar a sua complexidade e sua diversidade relativamente às suas caracterizações, suas reivindicações e suas formas de ação.

A reflexão acerca da temática da juventude e das manifestações sociais atuais a partir de uma sociologia das conflitualidades implica uma compreensão e reconstrução dos processos sociais conflitivos e contraditórios da sociedade contemporânea (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 15), o que nos instiga a

reconstruir tais processos no âmbito destas manifestações sociais. Partimos do entendimento de que o conflito é inerente às relações sociais e que a sociedade contemporânea está perpassada por uma multiplicidade de conflitos sociais. Dada tal multiplicidade, os conflitos não poderão ser bem compreendidos senão de forma indireta, através dos mecanismos de mediação.

O cenário de perplexidade que se instalou na sociedade brasileira ante as manifestações de junho de 2013 sinaliza para a necessidade de compreensão das múltiplas dinâmicas conflitivas. Por isso, é importante pensá-las como fenômeno situado no processo de mundialização das conflitualidades, ao mesmo tempo em que dotado de particularidades contextuais. Neste artigo, focaremos a complexidade do fenômeno das agitações de rua vividas pelo Brasil, em junho de 2013, a partir da análise dos usos políticos em torno da noção de *violência* em seus variados aspectos da difusa conflitualidade vivenciada no País.

O contexto de surgimento das manifestações de junho de 2013

Para compreensão do contexto no qual emergem as manifestações que tomaram conta do País, em junho de 2013, é preciso reconstruirmos o processo que levou à redução do preço das passagens do transporte público em Porto Alegre, em abril de 2013, a partir da mobilização de diversos manifestantes.

Em 28 de dezembro de 2012, na cidade de Porto Alegre, o Ministério Público de Contas (MPC) solicitou a revisão do cálculo do reajuste das passagens de ônibus no Município. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) detectou uma incorreção praticada pela Empresa Pública de Transporte Coletivo (EPTC) na composição da tarifa cobrada dos passageiros: a empresa considerava a frota reserva da empresa para o cálculo, expediente considerado ilegal pelo TCE. O valor cobrado era então de R\$ 2,85 e apontou-se que o valor mais adequado seria de R\$ 2,60.

Em 21 de janeiro de 2013, os manifestantes realizaram o primeiro protesto contra o aumento das passagens na Cidade. Em 29 de janeiro, o TCE emite uma medida cautelar determinando que a EPTC revise o cálculo das tarifas de ônibus, data em que também é realizado o segundo protesto dos manifestantes.

O pedido de aumento das passagens é feito em 15 de fevereiro pelo Sindicato das Empresas de Ônibus de Porto Alegre (SEOPA), passando de R\$ 2,85 para R\$ 3,30 correspondendo a um aumento de 14,85%. Em 21 de março, é publicada na imprensa a notícia de que o Conselho Municipal de Transporte Urbano (COMTU) haveria aprovado o aumento do preço das passagens de

ônibus na Cidade. No dia 22 de março, os manifestantes realizam um ato contra o aumento da passagem em frente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

No dia 25 de março, entra em vigor o aumento da passagem de ônibus, de R\$ 2,85 para R\$ 3,05, e de lotações, de R\$ 4,20 para R\$ 4,50. Nesse mesmo dia, os estudantes trancam, por quatro horas, a Avenida Ipiranga, uma das principais vias da Cidade. Novos protestos ocorrem em 27 de março, sendo o maior já realizado até então. Nesta ocasião há confronto dos manifestantes com a Brigada Militar em frente à Prefeitura Municipal. Novas manifestações ocorrem em 01 de abril (que reuniu cerca de cinco mil manifestantes) e, novamente, em 04 de abril, quando 10 mil manifestantes foram às ruas. Neste mesmo dia, o juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central de Porto Alegre, Hilbert Maximiliano Akihito Obara, determinou, em caráter liminar, a suspensão do aumento da tarifa da passagem de ônibus em Porto Alegre. O juiz, em sua decisão, consolida o entendimento que é possível presumir que terceiros possam estar indevidamente se beneficiando do valor do tarifário, em prejuízo de longa data à população.²

O debate em torno do tema do aumento das passagens foi gradualmente ganhando espaço em outras grandes cidades do País, que também começaram a se manifestar contrariamente ao aumento das tarifas: em Natal, no dia 15 de maio, manifestantes vão às ruas contra o aumento da passagem que foi reajustada em 9,1%, de R\$ 2,20 para R\$ 2,40, havendo confronto com a polícia e o registro de cinco pessoas detidas; em Salvador, menos de cem pessoas vão às ruas, no dia 2 de junho, e bloqueiam uma das principais avenidas da Cidade contra o aumento de R\$ 2,50 para R\$ 2,80, não havendo registro de confronto com policiais; em Goiânia, no dia 06 de junho, manifestantes protestam contra o aumento da passagem de R\$ 2,70 para R\$ 3,00, havendo intervenção da Tropa de Choque da Polícia Militar de Goiás.

No dia 06 de junho São Paulo e Rio de Janeiro registram seus primeiros dias de protesto contra aumentos nas tarifas de ônibus, trens e metrô. Em São Paulo, a Tropa de Choque da Polícia Militar intercede e ao menos 50 pessoas ficaram feridas, incluindo o fotógrafo de um grande jornal. No Rio de Janeiro, cerca de 200 pessoas (grupo composto por estudantes, professores e desempregados) reúnem-se no centro da Cidade e a polícia emprega bombas de gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral e balas de borracha para dispersar os manifestantes.

Protestos repetem-se no dia 7 de junho. Manifestantes, agora em número aproximado de cinco mil pessoas, exibem cartazes com dizeres “Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar”. A manifestação ocorreu numa das avenidas arteriais do complexo viário da Cidade, no horário de pico de trânsito. A

2 Número do processo na 5ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central de Porto Alegre: 11300793873. Fonte: www.espaçovital.com.br

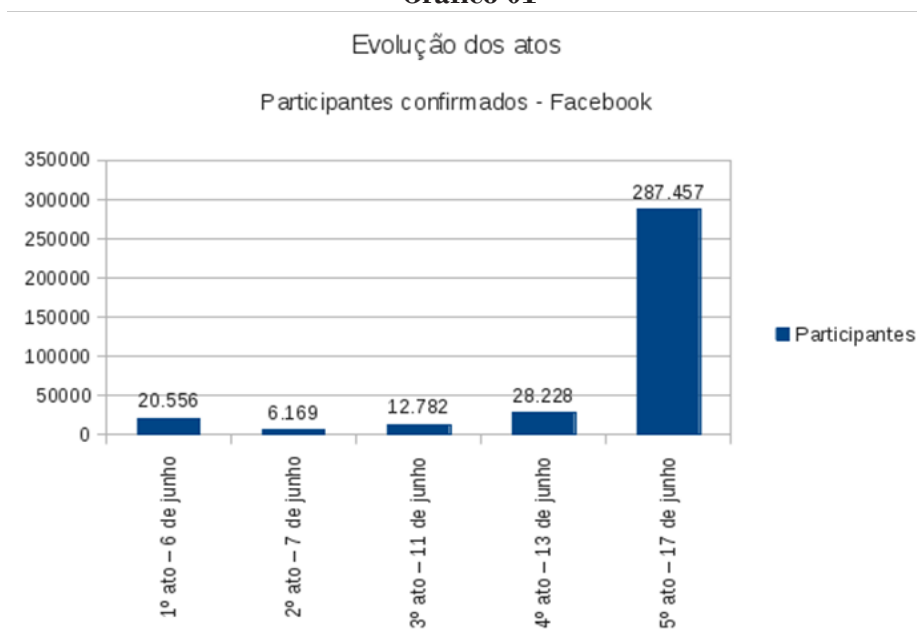
motivação pela escolha do local para a demonstração era carregada de simbologia: em dias normais, o trânsito, constituído basicamente de veículos particulares, não flui na região. Mais uma vez, a polícia usou de violência para dispersar o grupo. No dia 10 de junho, a manifestação se repetiu no Rio de Janeiro. Nesta ocasião, 31 estudantes foram presos. A adesão crescia à medida que a violência policial era manifesta.

As manifestações sociais e as representações sobre a violência

As datas do dia 11 de junho, terça-feira, até o dia 20 de junho, quinta-feira, são críticas para se entender a crescente ampliação da escala das mobilizações em número de adeptos e de cidades atingidas pelas demonstrações. Para fins da análise proposta neste artigo, este período de nove dias poderá ser melhor compreendido se o dividirmos em duas etapas: de 11 a 17 de junho, e de 18 a 20 de junho. De modo geral, ambos os períodos seguem dinâmicas algo particulares, embora façam parte de um *continuum*.

O gráfico abaixo foi elaborado a partir do monitoramento de redes sociais pela Cartografia de Espaços Híbridos – Manifestações sociais³. A partir dele, é possível observar o crescimento do número da mobilização – na dimensão virtual – mas que também se verificou nas ruas do País.

Gráfico 01



Fonte: Cartografia de Espaços Híbridos – Manifestações sociais. www.interagentes.net

3 A metodologia utilizada faz buscas no Facebook capturando citações públicas às manifestações, contra o aumento das tarifas do transporte público. Os acontecimentos de São Paulo ganharam destaque na análise. O período analisado compreende do dia 05 ao dia 21 de junho de 2013. As buscas por postagens públicas feitas a partir de páginas e perfis do Facebook foram efetuadas diretamente por meio de requisições à API da referida rede social. Em seguida, processamos os dados retornados para analisar o compartilhamento de publicações. A análise dos compartilhamentos é rica em significação, sendo capaz de detectar mensagens de alto capital social que circulem pelas redes. Após processados, os dados foram importados para o aplicativo Gephi, software para a visualização e análise de grafos de redes complexas. Texto retirado do site www.interagentes.net Acesso em 15 de julho de 2013.

Para demonstrar o que se afirma, centraremos a análise do primeiro período na questão da violência e nos modos como foi percebida e elaborada nos discursos dos atores envolvidos: os participantes das manifestações (e seus usos das redes sociais virtuais), a mídia (pensada em termos dos convencionais grandes grupos de mídia), restritas a dois dos jornais de maior circulação nacional (o Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo) e as autoridades políticas constituídas. Temos como hipótese que as diferentes atribuições de sentido à noção de violência pelas partes tem como intuito uma disputa pela legitimação ou deslegitimação das demandas sociais expressas por meios virtuais tanto quanto nas ruas.

Ressaltamos, aqui, que a violência não é um conceito analítico, mas um elemento polissêmico e de manifestação empírica. Não nos empenharemos em restringir a polissemia do termo: ao pensarmos os movimentos vividos no Brasil no mês de junho de 2013, restringiremos a análise aos usos e disputas em torno dos sentidos atribuídos pelos atores à ideia de *violência*

Na primeira etapa, a violência é o elemento central em torno do qual gravita a pauta do debate público construído acerca das mobilizações populares. A análise da temática da violência seguirá a noção de deslocamento de sentido (PORTO, 2010, p. 51-58) que ocorrem no debate público. Para a análise do segundo período, de 18 a 20 de junho, continuaremos tratando das representações como elaboradas pelas partes, mas destacamos o fato de que a temática da violência perde a centralidade e emerge uma profusão de outros temas, seja pelos manifestantes, que expressam uma pauta cada vez mais variada, seja pela mídia, que passa a destacar o aspecto democrático das manifestações.

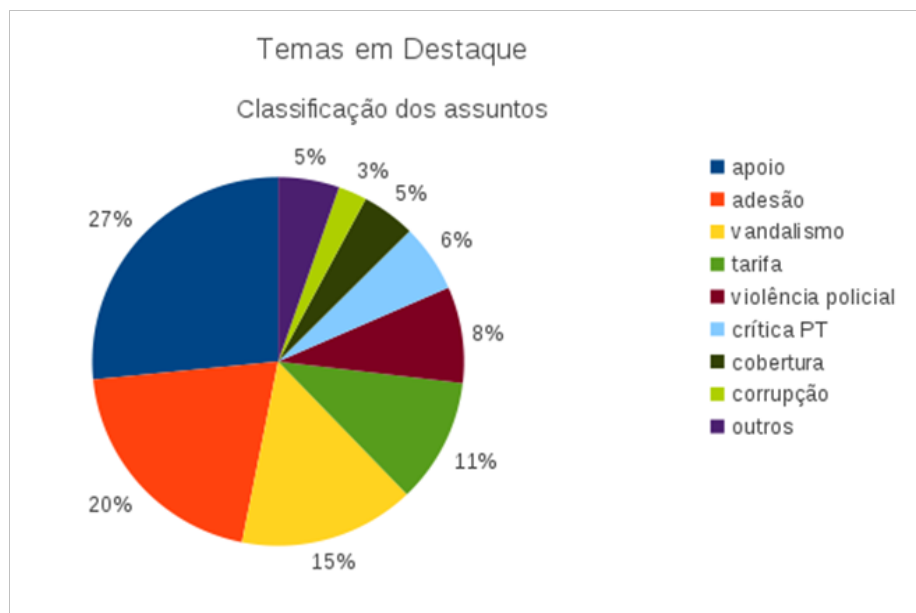
Inicialmente responsável por reunir algumas centenas, ou mesmo poucos milhares de pessoas pelas ruas das principais capitais do País, o fenômeno das disputas em torno da pauta da redução da tarifa dos transportes públicos nos municípios transformou-se em algo muito mais amplo que chegou a mobilizar cerca de 1,5 milhão de cidadãos nas ruas em aproximadamente 80 cidades na quinta-feira, dia 20 de junho. Diversos fatores extremamente relevantes contribuíram para a transformação da dinâmica dos primeiros conflitos, desde o início do ano ainda na cidade de Porto Alegre, em algo muito maior. O uso das redes sociais é um aspecto central na dinâmica assumida por estas manifestações, seja do ponto de vista da mobilização dos sujeitos, seja na profusão de informações sobre as manifestações, em tempo real.

A primeira data selecionada para análise é o dia 11 de junho de 2013, quando ocorreu o terceiro dia de protestos na cidade de São Paulo. Tendo

como referência as redes sociais, através do monitoramento realizado pela Cartografia de Espaços Híbridos – Manifestações sociais, é possível observar que 27% das menções foram mensagens de apoio ao movimento contra o aumento da tarifa e aos manifestantes e 20% corresponderam a mensagens que sugeriam a adesão aos protestos, convocações para as manifestações, notas públicas do Movimento Passe Livre, confirmação de presença nos eventos criados para a divulgação dos atos e fotografias com registros pessoais da manifestação. As referências às práticas de depredação do patrimônio público e vandalismo dos manifestantes representaram 15% das menções e 11% das mensagens criticavam especificamente o alto valor das tarifas (sem expressar um posicionamento em relação às manifestações). Se considerarmos um somatório das menções relacionadas ao tema da tarifa dos transportes (apoio ou manifestações negativas) e do Movimento Passe Livre, chega-se a 73% das menções, portanto, observamos a centralidade desta pauta nestas primeiras manifestações. É interessante observarmos que o tema da violência policial aparece em 8% das menções.

Gráfico 02

Temas em destaque – Redes sociais em 11 de junho de 2013



Fonte: Cartografia de Espaços Híbridos – Manifestações sociais: www.interagentes.net

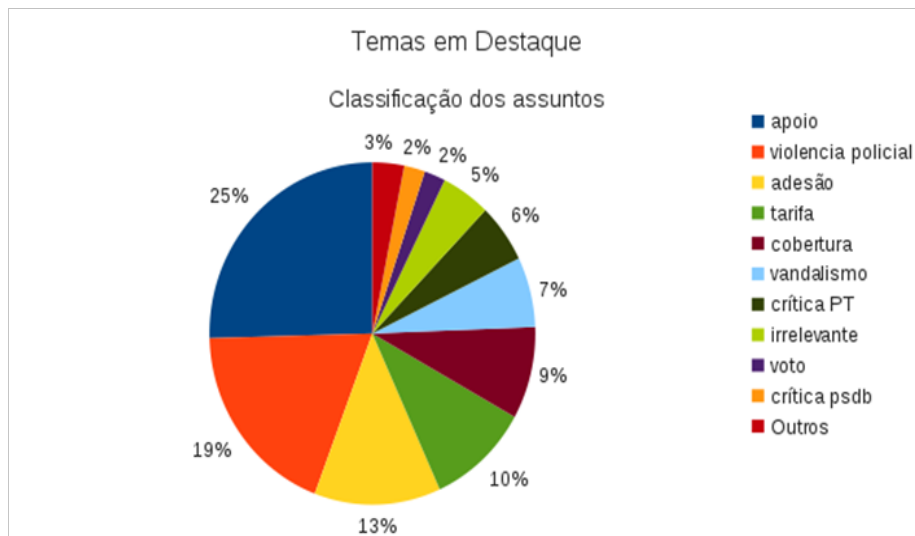
No que respeita à abordagem midiática, o jornal Folha de São Paulo traz na capa do dia 12 de junho, acerca das manifestações do dia 11, a seguinte manchete: “Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e paulista” (...) “No terceiro e mais violento protesto ativistas atacam ônibus e estações

de metrô, 20 são detidos”. A reportagem detalha o episódio a partir dos atos de violência que foram realizados pelos manifestantes, como ônibus queimados e depredados, pichação e depredação de muros e estações de metrô. A narrativa evidencia que a violência parte dos manifestantes, com paus, pedras, coquetéis *molotov*, sendo revidada pela polícia com balas de borracha, bombas de efeito moral e gás de pimenta. No jornal O Estado de São Paulo, a chamada da reportagem sobre os protestos do dia 11 de junho enfatiza: “Confronto e destruição marcam maior protesto contra alta da tarifa de ônibus em SP”. A matéria também informa que entre 10 mil e 12 mil pessoas participaram do ato, “deixando para trás um rastro de depredação”. Na edição do jornal O Estado de São Paulo, de 12 de junho, o texto da matéria afirma que o “governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o prefeito da Capital, Fernando Haddad, acompanharam em tempo real de Paris os choques entre manifestantes e a polícia na Avenida Paulista. (...) O governador Alckmin não quis se estender sobre o assunto. ‘Eu considero que foi algo pontual’”. Ainda segundo o governador, “a resposta da polícia precisa ser firme. ‘O que tem que acontecer é ser forte e agir com firmeza para evitar excessos’, disse o governador.” Ainda nesta edição, em outra reportagem, o texto afirma que “Vereadores paulistanos transformaram a sessão desta quarta-feira, dia 12, na Câmara Municipal, em ato de repúdio contra os manifestantes do Movimento Passe Livre, chamados de ‘criminosos’ e ‘delinquentes’. Durante quase três horas, petistas e tucanos pediram rigor da PM e da Justiça contra os protestos.”

As vozes das autoridades dos poderes executivos municipal e estadual, e do legislativo municipal retratavam a ideia de ausência de legitimidade e criminalizavam o movimento. Mas as opiniões por parte daqueles que aderiam às manifestações pareciam divergir. Se, das manifestações do dia 6 para aquelas do dia 11 o número de adesões confirmadas no Facebook saltou de 6.169, para 12.782 (crescimento de 107%), o número de participantes confirmados pelo Facebook para o evento que ocorreria no dia 13 teve um crescimento de 120% nas adesões com relação ao dia 11, chegando a 28.228 confirmações, conforme Gráfico 01. Mesmo com a exploração do tema da violência por parte da mídia convencional e com a aparente criminalização do movimento por autoridades, a adesão foi crescente.

Com relação aos temas monitorados no dia 13, sobressaem-se novamente as mensagens de apoio ao Movimento, com 25% das menções, e o tema da violência policial aparece como a segunda menção mais referida, com 19%, mais do que o dobro do dia 11 de junho. As referências aos atos de vandalismo e depredação do patrimônio público caíram para 7% neste dia.

Gráfico 03



Fonte: Cartografia de Espaços Híbridos – Manifestações sociais. www.interagentes.net

A população sai às ruas no dia 13 de junho e a data foi marcada por forte repressão policial por parte da tropa de choque de São Paulo. A repressão em São Paulo foi destaque neste quarto dia das manifestações, deixando várias pessoas feridas. Dois jornalistas da Folha de São Paulo que estavam fazendo a cobertura das manifestações foram atingidos por balas de borracha. Tal episódio é um dos elementos importantes para compreender aquilo que entendemos como um deslocamento de sentido nas representações da mídia acerca das manifestações. O fato de jornalistas terem sido vítimas de violência policial contribui para um reposicionamento da mídia diante dos fatos, seja com relação às manifestações seja com relação ao tema da violência policial.

A capa da Folha de São Paulo, no dia 13 de junho, na manhã anterior ao movimento fortemente reprimido, trazia a manchete “Governo de São Paulo diz que será mais duro com vandalismo”. Segundo a matéria, o governador de São Paulo Geraldo Alckmin chama os manifestantes de “vândalos e baderneiros” e que “a polícia vai responsabilizar e exigir o ressarcimento de patrimônio destruído, seja público ou privado”. A reportagem segue tratando do “rastro de destruição” e dos números da destruição. No jornal O Estado de São Paulo do dia 13 de junho⁴, a reportagem do jornal refaz o trajeto seguido pela manifestação afirmando que o “rastro da destruição” continuava visível. O texto afirma que “encontrou 11 agências bancárias com vidros quebrados e dezenas de prédios públicos, pontos de ônibus, estações de Metrô e até igrejas pichados. Segundo a São Paulo Transporte, 85 ônibus foram danificados.”

4 O Estado de São Paulo – 13 de junho, 2h07 - <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,em-todo-lugar-pichacao-e-dano,1041801,0.htm>

No dia 14 de junho, após os episódios de agressão policial contra jornalistas, a chamada principal da capa da Folha de São Paulo⁵ enuncia: “Polícia reage com violência a protesto e SP vive noite de caos”. A imagem central publicada na versão impressa do jornal não retrata mais cenas de ônibus ou patrimônios depredados, mas um policial agredindo duas pessoas que, segundo o próprio jornal, não estavam na manifestação, mas sentados na calçada de um bar. A capa traz também a fotografia da jornalista que recebeu um tiro de bala de borracha no olho, imagem bastante disseminada pelas redes sociais. Na matéria consta: “A polícia reagiu com forte violência à quarta manifestação contra o aumento das tarifas de transporte, o que levou caos e tensão ao centro de São Paulo”. Na sequência, uma informação que chama a atenção: “Policiais usaram bombas de gás e balas de borracha. Manifestantes responderam com pedras. A violência apavorou pedestres e motoristas que chegaram a abandonar os carros nas ruas. Dezenas de pessoas ficaram feridas - muitas delas não faziam parte do protesto”.

A ênfase nesta matéria, seja pela narrativa textual, seja pelas imagens veiculadas, não está mais no patrimônio depredado, mas na violência policial contra manifestantes, não manifestantes, jornalistas ou ainda no pânico de pessoas que, pela narrativa, podem ser pensadas como não tendo feito parte da cena principal do confronto. Esta mudança de ênfase evidencia um deslocamento de sentido na veiculação do tema da violência. A violência agora parece partir da polícia e só então respondida com pedras pelos manifestantes, ao contrário do que vinha sendo veiculado em outros episódios já narrados anteriormente.

O jornal Estado de São Paulo⁶ publica em sua página na internet, ainda na noite de 13 de junho, seu relato acerca dos acontecimentos daquela mesma noite envolvendo a repórter do jornal Folha de São Paulo, Giuliana Vallone, da TV Folha, baleada no olho por uma bala de borracha. Ela estava “em um estacionamento na Rua Augusta quando uma viatura da Rota se aproximou em baixa velocidade e um PM que estava no banco de trás atirou contra ela”. “Repórteres do Estado de São Paulo também presenciaram ações questionáveis da Rota. Dois deles foram alvos de uma ação semelhante, na qual uma viatura se aproximou e disparou bombas de gás lacrimogêneo tentando acertá-los. Não havia conflito e nenhuma concentração de manifestantes na ocasião”. “O Secretário de Segurança Pública de SP, Fernando Grella, afirmou em nota que determinou que a Corregedoria da Polícia Militar apure episódios envolvendo fotógrafos e cinegrafistas durante a manifestação”. No dia seguinte, 14, o jornal traz matéria de capa sobre as manifestações: “Paulistano fica refém de bombas em novo confronto”. A matéria também fala dos “motoristas e pedestres que ficaram no meio

5 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2013/06/14/2/>

6 O Estado de São Paulo – 13 de junho, 21h16 <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,reporter-e-baleada-no-olho-com-bala-de-borracha-em-sp,1042144,0.htm>

do fogo cruzado entre policiais e manifestantes”. “De um lado, a tropa de choque jogava bombas e disparava balas de borracha. Do outro, manifestantes respondiam com pedras e fogos de artifício. No meio, pessoas que tentavam voltar para casa. Bombas caíram perto do campus da PUC-SP no centro”.

O Movimento Passe Livre São Paulo convoca o quinto ato para a segunda-feira, dia 17 de junho. De acordo com a plataforma Cartografia de Espaços Híbridos, o total de pessoas confirmadas pelo Facebook para participar do ato do dia 17 saltou inimagináveis 1.018%, de 28.228 confirmados na quinta-feira dia 13, para 287.457 pessoas. A manifestação contou efetivamente com um número menor de adeptos em São Paulo, mas ainda assim com um surpreendente número de participações: foram cerca de 65 mil pessoas nas ruas em São Paulo e 100 mil no Rio de Janeiro. Também houve demonstrações em outras dez capitais pelo Brasil. No *site* CausaBrasil, outra plataforma de monitoramento de redes sociais utilizada neste trabalho⁷, é possível observar que ainda há uma centralidade no tema do preço das passagens nos assuntos comentados⁸, muito embora já seja possível verificar outras pautas sendo amplamente referenciadas nas redes sociais, tais como democracia, violência policial, gastos públicos, governo Dilma Rousseff, saúde, qualidade do transporte público e combate à corrupção. A pauta das manifestações públicas em meio às redes sociais torna-se ampla e diversificada, envolvendo temas relativos a direitos básicos, à economia, a liberdades individuais e outras questões políticas.

Imagem 01

Temas mencionados redes sociais – entre 17/06/2013 e 18/06/2013



Fonte: Causa Brasil, 2013. www.causabrasil.com.br

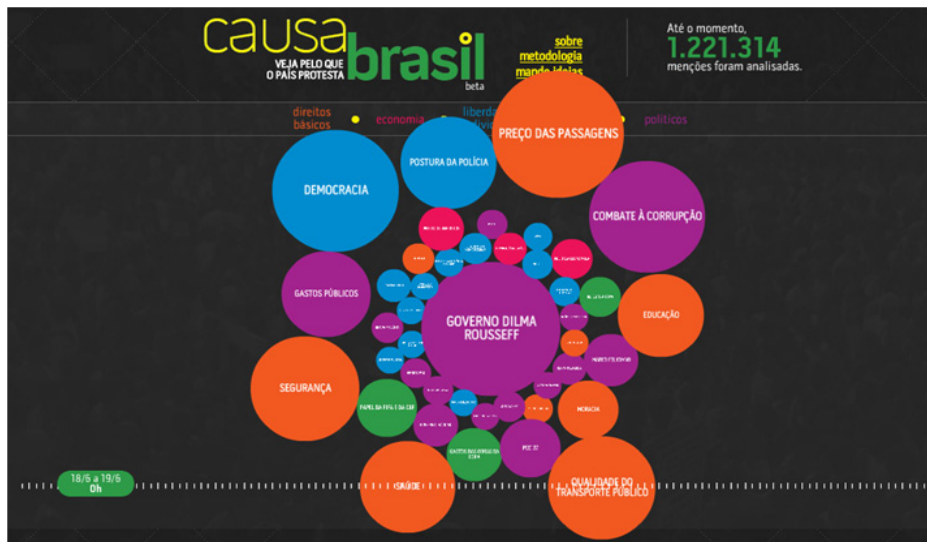
7 **Causa Brasil** é uma plataforma que ajuda a entender quais são as reivindicações dos protestos em todo o país. Ela é abastecida automaticamente a cada hora, por milhares de menções espontâneas no Facebook, Twitter, Instagram, youtube e google+. A ferramenta funciona como um termômetro que categoriza, agrupa e interpreta a voz dos manifestos. A metodologia utilizada chama-se *Live Research*. As causas são identificadas a partir do conteúdo de postagens que tenham, ao menos, uma das principais *hashtags* ligadas às manifestações. Esta coleta é realizada por uma ferramenta de monitoramento chamada seekr. A análise é feita com a combinação entre a lista de *hashtags* pré-cadastradas e uma lista de diferentes termos que indicam o que a postagem está reivindicando. O texto foi retirado do site www.causabrasil.com.br

8 Principais termos monitorados: Preço do ônibus; lucro das empresas de ônibus; passe livre; contraumento; baixar passagem.

Os temas que ganham destaque nas redes sociais do dia 18 para o dia 19 de junho apontam justamente para essa ampliação das pautas, indo além das reivindicações pela redução dos preços das passagens. Essas pautas diversificadas tornam-se visíveis nas ruas em manifestações nos dias subsequentes. Conforme a ilustração a seguir, percebemos que o tema do preço das passagens perde a centralidade nas redes sociais, emergindo em seu lugar as referências ao Governo Dilma Rousseff⁹, democracia, combate à corrupção, segurança, qualidade do transporte público, saúde, postura da polícia¹⁰, educação e gastos públicos.

Imagem 02

Temas mencionados redes sociais – entre 18/06/2013 e 19/06/2013



9 Cabe destacar que os termos monitorados pelo Causa Brasil em relação ao Governo Dilma Rousseff incluem tanto menções favoráveis quanto desfavoráveis. Alguns exemplos: Dilma Rousseff; abaixo Dilma; Sai Dima; Fora Dilma; Fica Dilma; Apoio Dima; Eu apoio Dilma; Governo Federal.

10 Principais termos monitorados: sem violência; fim da polícia; fim da polícia militar; polícia para quem precisa.

11 <http://arquivo.folha.com.br/fsp/2013/06/17/2/>

12 O Estado de São Paulo – 17 de junho, 9h56 <http://www.estado.com.br/noticias/cidades,manifestantes-dizem-que-entulho-no-largo-da-batata-e-armadilha-secretario-manda-retirar-material,1043411,0.htm>

Fonte: Causa Brasil, 2013. www.causabrasil.com.br

Com relação à análise das mídias, o jornal Folha de São Paulo do dia 17 de junho¹¹ traz como chamada principal na capa: “Governo de São Paulo pede e terá reunião com manifestantes hoje. (...) Tropa de Choque não será acionada caso protesto às 17h seja pacífico, diz Secretário de Segurança Fernando Grella”. A reportagem trata do convite do Secretário de Segurança de São Paulo ao Movimento Passe Livre para definir o trajeto da manifestação.

No Estado de São Paulo, a matéria publicada na manhã do dia 17 de junho¹², e atualizada às 15h50, tem em seu texto a afirmação de que a manifestação programada para as 17h00 conta com mais de 260 mil pessoas com presença confirmada na rede social Facebook. Ativistas pedem, pela rede social, que não haja violência. Alguns dos participantes das discussões virtuais organizam enquetes sobre quais serão as próximas manifestações a serem feitas. “‘Reforma política’ e ‘educação’ estão entre os motivos de protesto

mais votados.” Em outra matéria do jornal¹³, no mesmo dia, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, proíbe o uso de balas de borracha pela polícia em manifestações públicas no Estado de São Paulo. “A medida ocorre após manifestantes e jornalistas ficarem feridos durante as manifestações ocorridas na última semana na capital paulista”. Manifestações em outras cidades do Estado são registradas. E ainda, as 15h54min outra matéria¹⁴ traz: O secretário de Segurança Pública de São Paulo, Fernando Grella Vieira, diz que “não haverá necessidade de emprego de tropa de choque”. “As nossas diretrizes são de que a polícia faça o papel de acompanhamento, liberação do trânsito, para não prejudicar a população e garantir que os manifestantes possam realizar de maneira ordeira o ato.” Em outras duas matérias¹⁵ publicadas no mesmo dia o jornal aponta a violência policial como uma das pautas: “‘Que coincidência! Não tem polícia, não tem violência’, disseram os manifestantes”.

No dia 18 de junho o jornal Folha de São Paulo traz como manchete de capa: “Milhares vão às ruas ‘contra tudo’; grupos atingem palácios” e a imagem central mostra os manifestantes tomando o Congresso Nacional. No dia 18 de junho, em São Paulo, a Prefeitura Municipal torna-se alvo de alguns manifestantes e um carro de uma emissora de televisão é queimado. Seguem os protestos nos dias 19 e 20 e diversas cidades pelo País, reunindo cerca de 300 mil pessoas no Rio de Janeiro.

No jornal o Estado de São Paulo, na edição de 18 de junho¹⁶, O governador de São Paulo, Geraldo Alekmin, mudou o discurso e disse que “está aberto ao diálogo” ao ser questionado sobre a possibilidade de redução da tarifa do transporte público. “‘Queria fazer um elogio às lideranças do movimento e também à segurança pública e à Polícia Militar’, disse o governador.” Na semana anterior, havia classificado manifestantes de “vândalos” e “baderneiros”.

No dia 19 de junho, mais um dia de protestos em São Paulo, a capa da Folha de São Paulo traz a manchete “Ato em São Paulo tem ataque à Prefeitura, saque e vandalismo; PM tarda a agir” (...) Manifestação começa pacífica com mais de 50 mil pessoas na Praça da Sé, mas grupos levam caos à região central”. As imagens mostram tanto cenas de violência quanto dos manifestantes nas ruas.

No jornal o Estado de São Paulo, no dia 19 de junho¹⁷, a matéria informa que ao menos 47 pessoas foram presas por saque e depredações no centro da capital paulista. “Segundo a polícia, o grupo é formado por moradores de rua e usuários de droga. Entre os produtos apreendidos com os detidos estão televisores de plasma, micro-ondas, jogos de copos e talheres, roupas e até um fogão de quatro bocas, que era carregado em plena Praça da Sé.”

13 O Estado de São Paulo – 17 de junho, 15h21 <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,alckmin-proibe-balas-de-borracha-em-manifestacoes,1043500,0.htm>

14 O Estado de São Paulo – 17 de junho, 15h54 <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,secretario-de-seguranca-diz-que-pm-nao-fara-dispersao-geral-de-manifestantes,1043507,0.htm>

15 O Estado de São Paulo – 17 de junho 16h50 <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,seguranca-do-planalto-e-reforcada-devido-a-manifestacao,1043520,0.htm>

O Estado de São Paulo - 17 de junho, 20h39 <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,em-sao-paulo-manifestacoes-tomam-varias-avenidas,1043584,0.htm>

16 O Estado de São Paulo - 18 de junho, 2h01 <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,alckmin--agora-elogia-lideres-do-movimento-,1043630,0.htm>

17 O Estado de São Paulo - 19 de junho, 0h16 <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,em-sao-paulo-47-sao-presos-por-saques-e-depredacoes,1044074,0.htm>

No fim do dia 19 de junho, em São Paulo, as autoridades do poder executivo municipal e estadual, anunciaram conjuntamente a decisão pela revogação dos reajustes do preço das passagens. A mesma decisão foi tomada pelo governador e prefeito da cidade do Rio de Janeiro no mesmo dia.

Com relação ao segundo período selecionado para esta análise, que compreende as datas entre 18 e 20 de junho, é possível observar deslocamento de sentido atribuído às manifestações tanto por parte de grandes grupos de mídia, quanto por parte das autoridades políticas. No tocante às representações midiáticas sobre as demonstrações nas ruas, observa-se a referência a dois grupos: os *manifestantes*, que estariam nas ruas para reivindicar por diversas pautas, e os *vândalos*, que constituem um grupo utiliza da violência, produz atos de depredação do patrimônio público e privado e comete roubos e assaltos. Até o dia 17, tal distinção não era recorrente. Manifestantes eram genericamente tratados como vândalos, e suas demonstrações deveriam ser indistintamente reprimidas.

Esses deslocamentos também puderam ser observados nos discursos de diversas autoridades políticas, que, no período posterior a 17 de junho, começam a expressar um discurso de maior aceitação da legitimidade do movimento e de maior abertura à negociação com membros do Movimento Passe Livre.

Considerações finais

A análise das representações nos dois períodos considerados evidenciam processos de visibilização e silenciamentos de determinados temas durante as manifestações. Enquanto no primeiro período as manifestações eram traduzidas pelos jornais analisados sob o prisma da violência, do vandalismo e dos prejuízos trazidos ao patrimônio público e privado, o segundo momento mostra a perda da centralidade da temática da violência e as manifestações passam a ser representadas a partir de um viés político enquanto manifestação democrática, tendo sua legitimidade reconhecida. Neste momento, observamos uma distinção entre manifestantes e vândalos.

Os deslocamento de sentido produzido pela mídia está relacionado a três aspectos principais: 1) a proporção que as manifestações tomaram em termo de adesão popular não só em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, mas em muitas outras cidades do Brasil, produziu enorme visibilidade e popularidade ao fenômeno, contra o que as mídias não puderam manter um discurso criminalizante; 2) o dinamismo das redes sociais, que, trazendo em tempo real a publicização e a ampla divulgação das representações dos atores engajados nos movimentos, possibilitaram leituras alternativas àquelas veiculadas pelas mídias tradicionais; e 3) os atos de violência

policial cometida contra profissionais da imprensa no exercício da profissão produziram uma abrupta ruptura na forma como o discurso sobre as manifestações vinha sendo veiculado.

As representações elaboradas pelas autoridades políticas reproduziram o mesmo padrão de deslocamento. No primeiro momento, opunham-se veementemente ao reconhecimento da legitimidade das manifestações e tratavam a ocupação de vias públicas como caso de polícia. À medida que a adesão popular crescia, os discursos formulados tendiam ao reconhecimento da legitimidade democrática das manifestações e demonstravam maior abertura para possíveis negociações. É interessante perceber que, no segundo período considerado nesta análise, de 18 a 20 de junho, quando há a intensificação de atos depredatórios contra prédios públicos¹⁸, o discurso acerca da violência também perde a centralidade nas representações formuladas pelas autoridades.

As manifestações que tomaram conta do País, em junho de 2013, foram protagonizadas sobretudo por jovens, que saíram às ruas reivindicando, em um primeiro momento, a redução das tarifas do transporte público. A violência policial deflagrada contra atos democráticos e a construção de representações criminalizantes por parte tanto das mídias tradicionais, quanto de lideranças políticas não foram capazes de refrear o ímpeto das mobilizações, ao contrário, contribuíram para um crescente e impensável engajamento.

A ampliação das pautas nestas manifestações evidenciaram uma profunda crise de representação política, que ao menos no presente momento tem produzido impactos na agenda política do País em todos os níveis da Federação. São muitos os desdobramentos desta pressão popular que ainda estão para ser compreendidos em sua totalidade.

ABSTRACT: This article aims at analyzing the representations around the notion of *violence* as it is employed by three different actors involved in the recurrent manifestations against the raise in public transportation fees seen in June, 2013, in Brazil. We depart from the perspective of the *sociology of conflictualities*, which emphasizes the complexity of the current social conflicts, to explore some of its dynamics and specificities. We focus on one specific aspect for this analysis: the changing characterization of the notion of *violence* as they occur in the representations by the youth (through the analysis of both their discourse and their engagement on virtual communities and demonstrations on the streets), by the conventional media (through the analysis of daily news published by two major Brazilian newspapers), and by political authorities (through the analysis of their public statements as noticed by those newspapers). Throughout this research, there has become evident that some actors involved made substantially different use of the same concept of *violence* within just a short lapse of time. In trying to understand this abrupt

18 Podemos citar, por exemplo, os seguintes episódios: na noite de 17 de junho, os portões do Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo do Estado de São Paulo, foi derrubado; no dia 18 de Junho, a prefeitura de São Paulo tem toda a sua fachada destruída e vidros quebrados, com uma viatura de um canal de televisão incendiado à sua porta e, na noite de 20 de junho, após tentativas frustradas de invasão ao Congresso Nacional, manifestantes depredam o Palácio do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, em Brasília.

Artigo

Recebido: 22/06/2013

Aprovado: 30/06/2013

Keywords: Public demonstrations - June 2013 - representations on violence - media

displacement of substantial meaning of violence as operated by some actors, we acknowledged two different moments: first from June 11th until June 17th, and second, from June 18th until the 20th. The displacement on the meaning of violence have reflected a dispute amongst actors over the legitimacy of the public demonstrations.

Referências

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

IANNI, Octavio. A sociedade global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

PORTO, Maris Stela Grossi. Sociologia da violência: do conceito às representações sociais. Brasília: Verbana Editora, 2010.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Violências e Conflitualidades. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

WEISHEIMER, Nilson. A situação juvenil na agricultura familiar. Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFRGS). Porto Alegre, 2009.

Sites consultados:

www.espaçovital.com.br

www.interagentes.net

www.causabrasil.com.br

<http://acervo.folha.com.br/>

<http://www.estadao.com.br/>